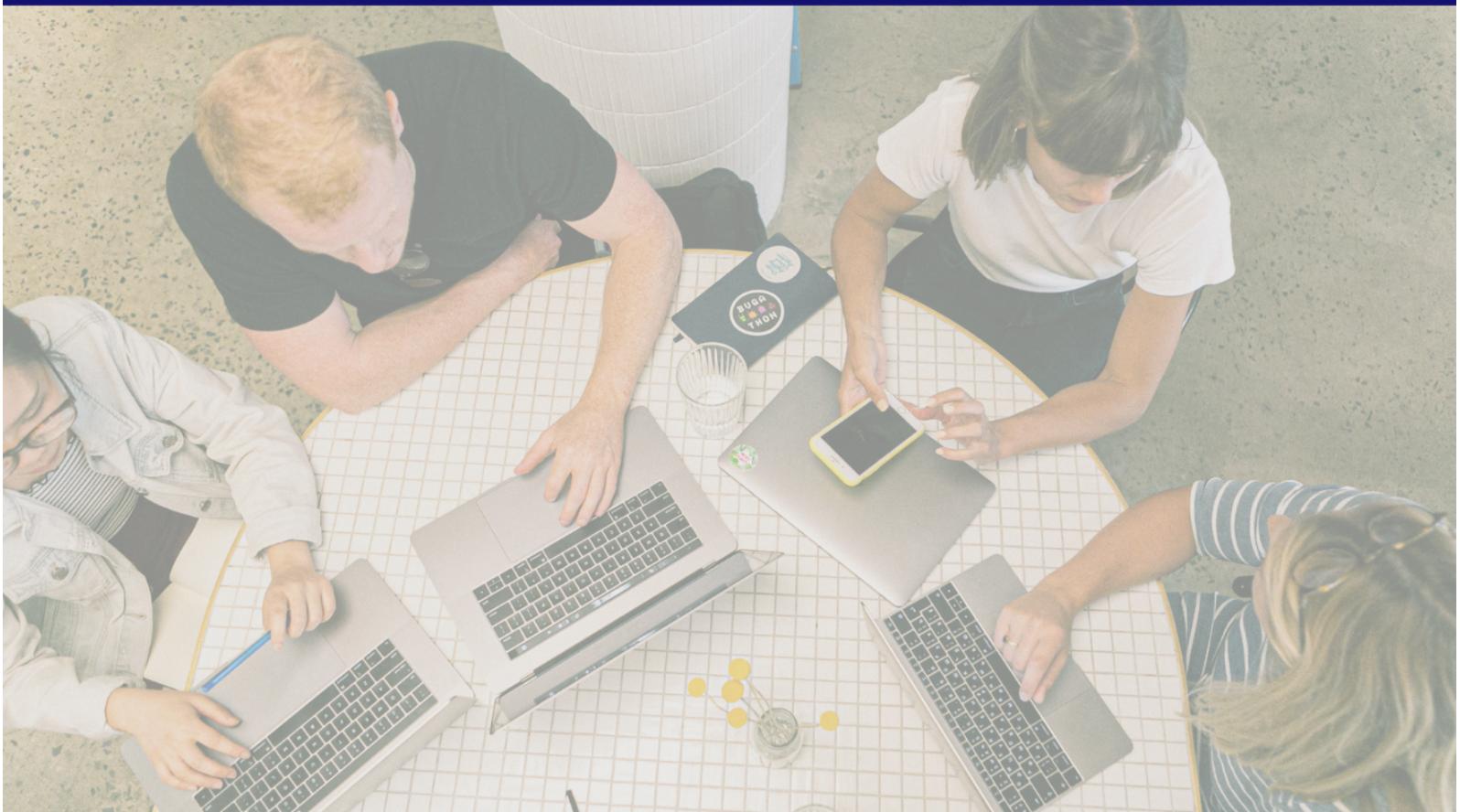




UNifeob
| ESCOLA DE NEGÓCIOS

2023

PROJETO INTEGRADO



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL
RISCOS E OPORTUNIDADES NO AGRONEGÓCIO
GRUPO JCN

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO 2023

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL
RISCOS E OPORTUNIDADES NO AGRONEGÓCIO
GRUPO JCN

MÓDULO DE TÓPICOS ESPECIAIS

Contabilidade Pública – Prof. Paulo César Montanheiro

Gestão de Investimentos e Riscos – Prof. Luiz Fernando Pancine

Tecnologia da Informação e Business Intelligence – Prof^ª. Mariângela M. Santos

Tópicos Especiais em Ciências Contábeis – Prof. Antonio Donizeti Fortes

Projeto de Tópicos Especiais – Prof^ª. Ana Carolina Maldonado Matos

Estudantes:

André Luiz da Silva, RA 2100723

Antonio Carlos da Costa Scarabello, RA 21000208

Gabriel Henrique de Melo, RA 21001616

Lucas Fortine dos Santos, RA 21001365

Marcos Eduardo Mariano, RA 21000450

Renan Willian Aguiar, RA 21000985

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP
NOVEMBRO 2023

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA	5
3 PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL	6
3.1 TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	7
3.1.1 CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO	8
3.1.2 MERCADOS FINANCEIROS NO AGRONEGÓCIO	9
3.2 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS	10
3.2.1 TIPOS DE RISCOS	10
3.2.2 MATRIZ DE RISCO:	12
3.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E BUSINESS INTELLIGENCE	19
3.3.1 DASHBOARD	19
3.3.2 ANALISANDO O DASHBOARD	19
3.4 CONTABILIDADE PÚBLICA	20
3.4.1 CONCEITO DA CONTABILIDADE PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS LEIS ORÇAMENTÁRIAS - (CF, LEI 4.320/64 e LRF).	20
3.4.2 MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA	24
3.4.3 REGISTROS CONTÁBEIS NA CONTABILIDADE PÚBLICA	28
3.5 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: LIDERANDO NA ATUALIDADE	31
3.5.1 LIDERANDO NA ATUALIDADE	31
3.5.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA	34
4 CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	37
ANEXOS	40

INTRODUÇÃO

O setor do agronegócio desempenha um papel fundamental na economia global, fornecendo alimentos, matérias-primas e insumos essenciais para a sociedade. Dentro desse contexto, a produção de culturas como algodão, café, milho e soja é de vital importância, não apenas para atender às demandas globais, mas também para impulsionar o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental. No entanto, a complexidade inerente a esse setor, aliada a uma série de fatores internos e externos, implica que as empresas agrícolas enfrentam uma gama diversificada de riscos e oportunidades.

Este projeto visa aprofundar a análise desses riscos e oportunidades, oferecendo uma visão abrangente das variáveis que impactam as operações e os resultados financeiros de uma empresa do agronegócio envolvida na produção dessas culturas-chave. Por meio de uma avaliação cuidadosa e metodológica, pretendemos identificar os principais desafios enfrentados pela empresa e as áreas onde oportunidades significativas podem ser exploradas.

À medida que mergulhamos nesse estudo, nossa intenção é fornecer insights valiosos que não apenas enriquecem o entendimento acadêmico do agronegócio, mas também oferecem recomendações práticas e estratégicas que podem ser implementadas no mundo real. Ao fazer isso, esperamos contribuir para o fortalecimento da competitividade, sustentabilidade e resiliência das empresas do agronegócio, permitindo que enfrentem desafios emergentes e capitalizem as oportunidades que o mercado agrícola oferece.

2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA

O presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória e as contribuições do Grupo JCN, uma empresa brasileira com sede em São João da Boa Vista – SP para o desenvolvimento sustentável do agronegócio no Brasil. Fundada em 1979, a empresa tem pautado suas operações no compromisso de agir com integridade e responsabilidade em todas as suas atividades.

O agronegócio é um dos pilares da economia brasileira, representando aproximadamente 24,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2022, de acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da USP. O Brasil é líder mundial na produção e exportação de diversos produtos agropecuários, como soja, milho, açúcar, etanol e carnes. Nesse contexto, o Grupo JCN desempenha um papel significativo no mercado agrícola de alimentos, industrial e financeiro, concentrando suas operações principalmente nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No setor agrícola, o Grupo JCN se destaca por adotar tecnologias avançadas, incluindo a Agricultura de Precisão, e métodos que visam garantir a produtividade e a sustentabilidade de suas atividades, ao mesmo tempo em que respeitam o meio ambiente. A produção de culturas como soja, milho, algodão e café é realizada com um compromisso claro com a responsabilidade ambiental.

Com base nas informações fornecidas, o presente grupo irá explorar em detalhes as práticas sustentáveis da empresa escolhida, analisando seu impacto nas comunidades locais e na economia nacional, bem como suas iniciativas para aprimorar sua logística de distribuição dentre seus diversos clientes no Brasil.

Além disso, serão analisados os contratos atuais e futuros que a empresa possui; análise de suas particularidades contábeis e como a empresa contribui e lida com o desafio de transferir alimentos de regiões com excesso de produção para seus clientes internos e para portos, visando atender seus clientes externos. Para isso, será utilizado a técnica de abordagem que inclui a coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos, entrevistas com representantes da empresa.

3 PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL

O trabalho foi desenvolvido com base em uma pesquisa de caráter qualitativo, possuindo a finalidade de entender as informações obtidas através da técnica de levantamento de dados que no qual, foram apresentados durante as reuniões realizadas no período de estudos sobre a organização, juntamente através de conversas com o representante da instituição, sendo possível deste modo, elaborar alternativas e soluções baseadas nos fatos relatados da empresa.

O método qualitativo é útil e necessário para identificar e explorar os significados dos fenômenos estudados e as interações que estabelecem, assim possibilitando estimular o desenvolvimento de novas compreensões sobre a variedade e a profundidade dos fenômenos sociais (BARTUNEK; SEO, 2002).

Para que possa se atingir pleno sucesso no presente projeto, buscou-se abordar tópicos que contemplam a base curricular do curso de Ciências Contábeis referente ao módulo estudado e aplicando os mesmos na empresa escolhida.

O intuito será coletar o máximo de dados possíveis referentes a atividades agrícolas exercidas pelo Grupo JCN, a fim de analisar os riscos e oportunidades do seu atual modelo de negócio são seguros e lucrativos, comparando sempre com a realidade e cenário atual vivenciado no nosso país.

O período para a coleta e tratamentos dos dados se estabeleceu a partir do mês de agosto até final de novembro de 2023, no qual, a principal fonte de pesquisa utilizada para todo embasamento teórico foram fornecidos e expostos diretamente pelo representante legal da empresa, sendo analisados e interpretados pelos integrantes do presente grupo.

3.1 TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A contabilidade desempenha um papel crucial em qualquer empresa, e sua importância não é diferente no setor rural. Uma contabilidade bem estruturada e sólida contribui de forma significativa para o crescimento do negócio e, por extensão, para o desenvolvimento da economia como um todo e a principal fonte para a

tomada de decisão dentro da empresa. O contador assume papel principal no quesito do planejamento, orientação e no direcionamento no contexto rural, a contabilidade assume uma relevância ainda maior devido às particularidades e desafios específicos enfrentados nesse setor.

Para Calderelli (2003, p. 180), “ A contabilidade rural é aquela que tem suas normas baseadas na orientação, controle e registro dos atos e fatos ocorridos e praticados por uma empresa cujo objeto de comércio de indústria seja agricultura ou pecuária”.

GESTÃO DE RECURSOS

A gama de produtos e serviços que o setor rural apresenta demanda de uma precisão nos recursos contábeis referente ao acompanhamento de estoques, passivos e ativos, para a tomada de decisão sobre investimentos, custos e despesas.

ANÁLISE DE CUSTOS DE PRODUÇÃO

A contabilidade empenha um papel importante na análise de custos de produção, que resulta para os empresários a estabelecer um preço de venda justo e competitivo para o mercado.

CONFORMIDADE LEGAL

O cumprimento das regulamentações governamentais é essencial no setor rural, e a contabilidade desempenha um papel fundamental ao assegurar o atendimento de todas as obrigações legais, prevenindo assim possíveis penalidades.

3.1.1 CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO

As particularidades contábeis do agronegócio dentro da empresa JCN podem ser identificadas da seguinte forma:

- **Ativos:** Contas a receber, caixa, equipamentos agrícolas. No caso da JCN, os produtos agrícolas (algodão, soja, milho) devem ser registrados como ativos circulantes.
- **Passivos:** Contas a pagar, salários dos trabalhadores, impostos.
- **Receitas:** Vendas de safras (algodão, soja, milho), aluguel de propriedades.
- **Custos e despesas:** Compra de insumos, contas de energia elétrica e água, contratação de mão de obra. Todos os custos são contabilizados (combustíveis, mão de obra, sementes, adubos, etc.)
- **Estoque de produtos agrícolas:** A contabilidade rural deve dar conta dos registros que envolvem questões diversas, variando de acordo com a atividade da produção.

De acordo com o sumário do pronunciamento técnico CPC 29, na contabilidade do agronegócio, um ponto importante a ser analisado e identificado são os Ativos Biológicos, conforme o CPC 29, um ativo biológico pode ser uma planta ou animais que vão gerar benefícios econômicos para a empresa. Esses ativos devem ser medidos pelo seu valor justo (preço de mercado na avaliação). Na empresa JCN seus ativos biológicos são: As plantas do algodão, soja e milho, pois são considerados produtos agrícolas e geram benefícios econômicos para a empresa e podem se valorizar ao longo do tempo de acordo com o mercado financeiro.

3.1.2 MERCADOS FINANCEIROS NO AGRONEGÓCIO

Os mercados financeiros agropecuários são espaços onde são negociados produtos agrícolas e pecuários, como grãos, carnes, laticínios, entre outros. Esses mercados são fundamentais para a economia global, pois permitem que produtores e compradores estabeleçam preços para os produtos agropecuários.

Os contratos a termo são acordos de compra ou venda de um ativo específico, com um preço e uma data de entrega futuros pré-estabelecidos. Eles são comumente usados para proteger contra o risco de flutuações de preços. Por exemplo, um agricultor pode usar um contrato a termo para garantir um preço específico para sua safra futura.

Os contratos futuros funcionam de maneira semelhante aos contratos a termo, mas são padronizados e negociados em bolsas de futuros. Eles permitem que os participantes do mercado se protejam contra o risco de preço ou especulem sobre o movimento dos preços.

Os contratos de opção dão ao titular o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um ativo a um preço específico em uma data futura. Eles são usados para uma variedade de propósitos, incluindo direcionamento estratégico.

A JCN pode usar contratos a termo ou futuros para fixar os preços dos materiais que precisa comprar no futuro, protegendo-se contra possíveis aumentos de preços. Da mesma forma, a empresa pode usar contratos de opção para gerenciar o risco associado às flutuações nos preços dos produtos que vende. Além disso, esses instrumentos financeiros podem ser usados para especulação - por exemplo, se a JCN antecipar uma mudança nos preços dos produtos que compra ou vende, ela pode usar contratos futuros ou opções para lucrar com essa mudança.

3.2 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS

A gestão de investimentos e riscos visa identificar possíveis contratemplos e capacitar os colaboradores para gerenciá-los, tomando ações para minimizá-los. Diagnosticar o risco é uma função inter-relacionada com a gestão, destinada a reduzir a exposição ao risco com o objetivo de explorar os retornos do índice. (Ludícibus, Sérgio. Gestão de investimentos e riscos. Gestão de investimentos e riscos, [s. L.], p. 2-16).

O risco implica incerteza de aplicação e permite estimar a probabilidade de um investimento produzir o retorno esperado sobre um produto cultivado. Do ponto de vista financeiro, o risco inclui a mudança nos retornos reais em comparação com os retornos esperados, sejam eles positivos ou negativos.

3.2.1 TIPOS DE RISCOS

De todas as indústrias críticas que constituem a economia global, a agricultura é a que mais opera sob as circunstâncias desafiadoras e frequentemente imprevisíveis.

Os grupos agrícolas enfrentam uma longa lista de perigos que ameaçam os seus esforços para produzir alimentos de forma sustentável e eficaz. Esses perigos incluem:

RISCO SISTÊMICO

Qualquer risco que afete as empresas em geral, incerteza sobre condições econômicas gerais, representadas por produto nacional, taxas de juros, ou inflação, afeta praticamente todas as empresas, com alguma intensidade.

Este tipo de risco está relacionado às atividades econômicas exercidas no dia a dia da empresa, incluindo, na maioria das vezes a possibilidade de falhas operacionais, envolvendo contratempos na lavoura, problemas na colheita, pragas, doenças das plantas, mau uso de insumos, acidentes no campo envolvendo quaisquer funcionários, entre outros.

Medidas para amenizar o risco: Diversificação de culturas: Plantar uma variedade de culturas em vez de se concentrar apenas em algodão ou soja pode ajudar a reduzir o risco associado às flutuações de preços e condições climáticas específicas para uma cultura.

Utilizar monitoramento meteorológico para se antecipar em possíveis riscos. É preciso entender a dinâmica entre os riscos e a capacidade que tem de influenciar outros riscos, evitando assim a ocorrência de riscos sistêmicos.

RISCO NÃO SISTÊMICO

O risco não sistêmico risco é conhecido por atingir diretamente empresas específicas ou um pequeno grupo que atua no mesmo ramo. Normalmente, está associado às características únicas das empresas específicas que operam nesse segmento específico.

Para que se possa reduzi-lo, medidas como investir em tecnologia destinada à agricultura para aumentar a eficiência, como sistemas de irrigação mais eficazes,

drones e sensores para identificar e resolver rapidamente quaisquer problemas podem ser tomadas na empresa escolhida, por exemplo.

RISCO FINANCEIRO

Trata-se de qualquer atividade comercial que envolva incerteza e, portanto, possa resultar em consequências financeiras negativas para a organização. Ou seja, trata-se de uma situação que pode ocasionar perda de capital.

Medidas para amenizar o risco: Para prevenir um risco financeiro, é preciso primeiro compreendê-lo para depois estabelecer estratégias de controle.

RISCO OPERACIONAL

É definido como a possibilidade de ocorrência de perda resultantes de falha, deficiência ou inadequação de quaisquer processos internos envolvendo pessoas, sistemas ou de eventos externos e inesperados.

Medidas para amenizar o risco: A empresa JCN já é uma empresa que utiliza de uma grande diversificação na sua produção agrícola, e de investimento tecnológico, isso ajuda a mitigar os riscos operacionais.

RISCO ESTRATÉGICO

São riscos que afetam a estratégia de negócio ou os objetivos estratégicos de uma empresa. Esses riscos podem ser incertezas ou oportunidades e normalmente são os principais pontos de preocupação do conselho.

Medidas para amenizar o risco: A empresa precisa estar sempre realizando avaliações periódicas de risco, para não ser atingido desprevenido, analisar as tendências do mercado para se manter atualizado com a preferência que ele está exigindo, procurar mercados alternativos envolvendo também exportação, considerar estabelecer parcerias estratégicas com outras empresas do setor agrícola.

3.2.2 MATRIZ DE RISCO:

A matriz de riscos, também conhecida como matriz de avaliação de riscos, é uma ferramenta fundamental na gestão de riscos em empresas. Ela desempenha

um papel crucial na identificação, análise e posterior tratamento dos riscos que uma organização enfrenta. Sua aplicação é essencial para o desenvolvimento de estratégias proativas de gestão de riscos, que visam aprimorar a resiliência e a sustentabilidade de uma empresa.

Essa matriz (Anexo B) tem como objetivo principal mapear os pontos fracos, vulnerabilidades e ameaças que podem afetar a organização. Ela avalia não apenas a probabilidade de ocorrência de um determinado risco, mas também o grau de impacto que esse risco pode ter sobre as operações, a reputação, os resultados financeiros e outros aspectos críticos do negócio.

A classificação do risco é exposta com base em duas métricas: Probabilidade e Impacto, onde que tais dimensões em qual tipo de risco a célula da matriz se encaixa.

- **Probabilidade:** é a medição de quão provável é a ocorrência do risco. Neste tópico, deve-se analisar o quão fácil ou difícil é que determinado risco aconteça, mas vale destacar que, existem níveis dentro da probabilidade: baixo, médio e alto.
- **Impacto:** Evidência às consequências do risco caso ele venha a ocorrer. Ou seja, quais serão os prejuízos/danos causados caso o risco venha a acontecer de fato.

Vale ressaltar que o impacto pode ser negativo, como por exemplo no caso da empresa escolhida: prejuízo financeiro, perda de clientes, dano ao equipamento. Também pode ser positivo, como o surgimento de novas oportunidades de negócio, modernização do mercado agrícola, possibilitando a utilização de uma nova tecnologia que irá agregar na produção/colheita. O impacto também é medido em níveis, por exemplo: muito baixo, baixo, moderado, alto e muito alto.

As cores verde, amarelo e vermelho entre as células indicam o quão alta é a classificação do risco. Por exemplo, os riscos que resultam em uma classificação alta (cor vermelha na matriz) devem receber maior atenção do que os riscos classificados como moderados ou médios (cor amarela na matriz). Consequentemente, os riscos classificados como baixo (cor verde na matriz) podem ter menor atenção que os moderados e altos.

3.2.3 PARECER SOBRE INVESTIMENTOS E RISCOS

Quando aborda-se o tema investimentos, geralmente envolve um conjunto de técnicas que buscam estabelecer parâmetros de sua viabilidade, no qual, esses parâmetros são expressos pelo TIR (taxa interna de retorno) ou do VPL (Valor Presente Líquido - resultado dos fluxos de caixas, descontados a data zero pelo custo de capital do projeto e subtraído do investimento principal).

Já a gestão de riscos é um processo por meio do qual são tomadas decisões de aceitar um perigo em potencial conhecido ou de minimizá-lo, com a utilização de instrumentos apropriados. A gestão de riscos é muito importante em qualquer empresa, pois num mercado globalizado, um fato econômico ocorrido na Ásia, do outro lado do mundo, provoca reflexo imediato na economia brasileira.

Levando em consideração a explicação acima, o grupo realizou a montagem de dois projetos para a empresa estudada.

PROJETO A - AUMENTO DA CAPACIDADE DOS SILOS

Neste tópico, consideramos a atual capacidade de armazenamento dos silos do grupo JCN que consiste em 25 mil toneladas para estocagem de grãos.

A necessidade de um projeto para aumentar a capacidade de estocagem de grãos em um silo, como no caso da empresa Grupo JCN com sua atual capacidade de 25 mil toneladas, é uma demanda crucial por diversas razões. A expansão da capacidade é fundamental para otimizar a operação e garantir a competitividade e eficiência da empresa no mercado agrícola. Para isso, deve-se considerar os seguintes pontos:

Estabilidade de preços: Ter uma capacidade de armazenagem adequada permite que a empresa possa armazenar grãos quando os preços de mercado estão baixos e vendê-los quando os preços se valorizarem. Isso contribui para a estabilidade dos preços e aumenta a lucratividade da empresa.

Melhora na logística: Ao ter um maior espaço de estocagem, a empresa pode melhorar sua logística de transporte e distribuição. Isso reduz custos de transporte, armazenamento temporário e permite um fluxo mais eficiente dos produtos.

Negociação estratégica: Com uma capacidade de estocagem maior, a empresa pode adotar uma estratégia de negociação mais flexível e negociar melhores contratos com compradores, garantindo melhores condições para a empresa.

Redução de perdas: O aumento da capacidade de estocagem reduz a necessidade de deixar grãos ao ar livre, sujeitos a intempéries climáticas, pragas e deterioração. Isso reduz as perdas e aumenta a rentabilidade. Para que isso seja possível, o grupo estruturou o seguinte projeto:

Imagem 1 - Aumento de Armazenagem

PROJETO A - AUMENTO DE ARMAZENAGEM					
Juros	12,75%				
Investimento	0	(600.000)	VPL	Fluxo e VPL	TIR
Fluxos			(600.000)		28,79%
1	350.000		R\$ 310.421,29	(289.578,71)	28,79%
2	350.000		R\$ 275.318,21	(14.260,50)	
3	350.000		R\$ 244.184,67	229.924,17	
4	350.000		R\$ 216.571,77	446.495,94	
Total Fluxos	1.400.000		R\$ 1.046.495,94		
VP	R\$ 310.421,29				28,79%

Fonte: Autoria própria, 2023.

Considerou-se um investimento inicial de R\$600.000,00, e fluxo de caixa de R\$350.000,00, seguido por quatro anos consecutivos.

Usamos a fórmula do VPL para trazer o valor atualizado, usando como base a atual taxa SELIC de 12,75%.

Observa-se que o TIR nesse projeto é de 28,79%. Essa taxa para um projeto de aumento de armazenagem de grãos é um indicativo muito positivo. A TIR é uma métrica financeira que avalia a atratividade de um projeto, representando a taxa de retorno que o projeto gera em relação ao investimento inicial.

A TIR de 28,79% indica que o projeto é capaz de gerar um retorno financeiro bastante significativo em relação ao investimento inicial, onde que geralmente, uma TIR alta sugere que o projeto tem menos riscos associados, pois os retornos são maiores do que o custo do investimento.

PROJETO B - AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS

Neste tópico, consideramos apenas o maquinário utilizado na colheita de grãos do grupo JCN que trabalha com 5 colheitadeiras por lote.

A necessidade de um projeto para adquirir mais maquinários agrícolas destinados à colheita, no caso da empresa Grupo JCN com apenas 5 colheitadeiras é uma iniciativa fundamental para impulsionar a eficiência e competitividade no setor agrícola, podendo destacar os seguintes pontos:

Aumento da produtividade: Com um número limitado de colheitadeiras, o ritmo de colheita pode ser mais lento, o que impacta a produtividade da empresa. Adquirir mais maquinários permite colher uma área maior em menos tempo, aumentando a quantidade de grãos colhidos.

Atendimento às safras maiores: Em anos de safras excepcionais, a capacidade de colheita pode ser um gargalo. Ter mais colheitadeiras disponíveis possibilita atender de forma eficaz essas safras com grande volume, reduzindo perdas e maximizando a rentabilidade.

Agilidade e flexibilidade: Uma frota maior de colheitadeiras oferece maior flexibilidade no gerenciamento da colheita. É possível adaptar a alocação de máquinas de acordo com as necessidades das diferentes áreas de cultivo e condições climáticas.

Ganho de competitividade: Empresas com uma colheita eficiente e ágil são mais competitivas no mercado agrícola. Isso pode levar a uma posição de destaque na negociação com compradores e melhores oportunidades de mercado. Para que isso seja possível, o grupo estruturou o seguinte projeto:

Imagem 2 - Aquisição de Maquinários

PROJETO A - AUMENTO DE ARMAZENAGEM					
Juros	12,75%				
Investimento	0	(600.000)	VPL	Fluxo e VPL	TIR
Fluxos			(600.000)		28,79%
1	350.000		R\$ 310.421,29	(289.578,71)	28,79%
2	350.000		R\$ 275.318,21	(14.260,50)	
3	350.000		R\$ 244.184,67	229.924,17	
4	350.000		R\$ 216.571,77	446.495,94	
Total Fluxos	1.400.000		R\$ 1.046.495,94		
VP	R\$ 310.421,29				28,79%

Fonte: Autoria própria, 2023.

Considerou-se um investimento inicial de R\$ 2.000.000,00, e fluxo de caixa de R\$800.000,00, seguido por quatro anos consecutivos.

Utilizamos a fórmula do VPL para trazer o valor atualizado, usando como base a atual taxa SELIC de 12,75%.

Comparado ao projeto A, observa-se que o TIR nesse aqui é de 8,08%. A taxa nessa escala, indica que o projeto gera um retorno financeiro positivo em relação ao investimento inicial. Embora não seja uma taxa extremamente alta, ela sugere que o projeto é capaz de gerar algum lucro com um risco razoável.

Uma TIR mais baixa pode ser um indicativo de que o projeto tem um nível de risco relativamente maior, pois a taxa de retorno está abaixo das taxas de desconto típicas, como o custo de capital da empresa. Isso pode ser resultado de incertezas associadas ao projeto.

Considerando os dois projetos apresentados, para escolher entre o Projeto A (Aumento da Capacidade dos Silos) e o Projeto B (Aquisição de Maquinários) deve ser baseada na comparação de métricas financeiras que refletem a viabilidade e atratividade de cada projeto. Neste caso, os principais indicadores a serem considerados são a Taxa Interna de Retorno (TIR) e o Valor Presente (VP) dos fluxos de caixa. Vamos avaliar os projetos com base nesses dados:

Projeto A (Aumento da Capacidade dos Silos):

TIR: 28,79%

VP: 310.421,29

Projeto B (Aquisição de Maquinários):

TIR: 8,08%

VP: 709.534,37

A TIR do Projeto A (28,79%) é significativamente maior do que a TIR do Projeto B (8,08%). Isso indica que o Projeto A tem um potencial de retorno financeiro muito mais alto em relação ao investimento inicial em comparação com o Projeto B. Uma TIR mais alta geralmente é um indicativo de maior atratividade do projeto.

O Valor Presente (VP) dos fluxos de caixa também favorece o Projeto A, pois ele tem um VP de 310.421,29, enquanto o Projeto B possui um VP de 709.534,37. O VP reflete o valor atual de todos os fluxos de caixa futuros, levando em consideração o custo de capital da empresa. Portanto, um VP mais baixo indica que o Projeto A requer um investimento inicial mais baixo para atingir seus retornos.

Diante disso, o projeto A é a opção mais atrativa, devido à sua TIR significativamente mais alta e ao VP mais baixo em comparação com o Projeto B.

3.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E BUSINESS INTELLIGENCE

Os dashboards são ferramentas de gestão extremamente importantes para as empresas. Eles fornecem uma visão consolidada e atualizada das informações críticas do negócio, facilitando a análise e a identificação de pontos problemáticos, ajudando no auxílio de tomada de decisão e também facilitando o acompanhamento das operações da empresa, principalmente no setor agrícola.

PARA QUE SERVE UM DASHBOARD

Como agora você já sabe qual o significado de Dashboard, chegou o momento de entender a função dele. Mais do que unir dados, o painel permite o acompanhamento das métricas de qualquer empresa.

Vale ressaltar que esses cuidados são extremamente importantes para o atingimento dos objetivos e, conseqüentemente, do sucesso.

Muitas instituições e profissionais até sabem desses aspectos, mas acabam pecando na prática.

Por exemplo, um gestor pode pegar as informações, mas usar um programa simples, que não ofereça gráficos mais elaborados. Ou ainda, há os casos em que as pessoas até usam o Power BI, mas não fazem o acompanhamento constante das métricas.

No Dashboard, é possível visualizar, tratar e analisar uma variedade gigante de informações, por exemplo:

- número de vendas da empresa no geral;
- faturamento por unidade (no caso de redes);
- performance dos negócios por estado (para empresas com atuação nacional);
- valores de investimento e despesas;
- estoque de produtos;
- estratégias de campanhas de marketing;
- entre tantos outros.
- Aliás, para a reunião de todos esses dados também dá para usar vários tipos de gráficos: mapa, coluna, linha, pizza, etc.

A quantidade de ferramentas é realmente muito grande para que você possa construir um relatório bem elaborado e as informações importantes em destaque.

TIPOS DE DASHBOARD

Como o objetivo e, conseqüentemente, o tipo de informações é variável, acaba que os Dashboards também têm diferentes modelos.

DASHBOARD OPERACIONAL

O Dashboard operacional é usado por equipes que “colocam a mão na massa”, ou seja, que realmente participam das operações. O painel auxilia no acompanhamento do fluxo de trabalho e, assim, orienta as melhores decisões para momentos distintos.

Exemplo: um analista de estoque precisa, constantemente, ver as informações sobre a quantidade e os modelos de produtos disponíveis no galpão.

DASHBOARD TÁTICO

Já o Dashboard Tático, como o próprio nome adianta, ajuda no planejamento e execução ligados a recursos. Isso também é muito importante, pois leva a inovações e destaque da marca em meio a um mercado extremamente concorrido.

Exemplo: Imagine que, na gestão de estoque, as pessoas consigam ver quais são os produtos mais vendidos e, com isso, possam aplicar vantagens sobre eles, como descontos.

DASHBOARD ESTRATÉGICO

O Dashboard Estratégico tem a missão de mostrar os dados mais gerais dos negócios. A partir disso, é possível fazer comparações do cenário atual com os de outros tempos. Essa análise ajuda tanto a diretoria quanto às equipes operacionais a pensarem em melhorias.

3.3.1 ANALISANDO O DASHBOARD

Diante do dashboard elaborado pelos estudantes, foram inseridos dados de faturamento total, faturamento dos produtos mais comercializados e produzidos pela empresa, como o algodão, soja e milho. Conseguimos também analisar os impostos que foram pagos pela empresa, compará-los com o investimento realizado nos anos anteriores.

Imagem 3 - Dashboard



Fonte: Autoria própria, 2023.

No dashboard também elaboramos dois projetos de investimento que possam ser realizados pela empresa, de um lado o aumento na armazenagem dos grãos, e de outro a aquisição de novos maquinários. Fizemos um levantamento dos próximos quatro anos quais seriam os retornos desses investimentos, oferecendo ao empresário uma fácil visualização, para ajudar em sua futura tomada de decisão para o negócio.

3.4 CONTABILIDADE PÚBLICA

A contabilidade pública difere em vários aspectos se comparados a contabilidade financeira empresarial, sendo um dos principais pontos de diferença o fato de que a área financeira tem por objetivo o alcance de superávit, enquanto a atuação pública dirige-se integralmente ao oferecimento de melhores condições e resultados para a população.

É importante frisar que ambas possuem sua devida importância na sociedade, sendo respectivamente cruciais para a movimentação de todo um ciclo financeiro, social e principalmente evolutivo.

No tema apresentado daremos ênfase a área pública e seus métodos de gerenciamento e controle dos recursos. É válido ressaltar que a contabilidade pública é regida por normas e leis que levam formas de atuação diferentes se comparadas à área financeira empresarial como: Finalidade em fornecer informações transparentes sobre o recurso público; suas fontes de receitas provindas de impostos, taxas e demais fontes; suas normas de atuação seguindo principalmente a Lei nº 4.320/1964, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias.

3.4.1 CONCEITO DA CONTABILIDADE PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS LEIS ORÇAMENTÁRIAS - (CF, LEI 4.320/64 e LRF).

A Contabilidade Pública é uma área das Ciências Contábeis que é fundamental para uma boa gestão dos recursos públicos.

O setor é responsável pela fiscalização e gestão das finanças da administração pública, parte essencial na execução de projetos e atendimento a diversos interesses sociais e administrativos.

A contabilidade pública é responsável por gerir, regular e fiscalizar atividades relacionadas ao orçamento público. Ou seja, é um campo voltado para a área contábil, financeira e econômica da gestão pública e o melhor uso de seus recursos, sejam financeiros, materiais e/ou humanos.

A contabilidade pública é um dos segmentos das ciências contábeis que tem como objetivo cuidar dos fenômenos patrimoniais das entidades públicas. Deste modo, seu objetivo é orientar os gestores públicos durante o cumprimento das exigências legais, como, por exemplo, prestação de contas, transparência, limites de gastos, dentre outros.

CLASSIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS LEIS ORÇAMENTÁRIAS

Constituição Federal (CF): “O documento é um conjunto de regras de governo que rege o ordenamento jurídico de um País. A versão em vigor atualmente é a sétima na história do Brasil-- foi promulgada em 5 de outubro de 1988.” (Planalto, 2011).

Lei 4.320/64: “Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.” (Planalto, 1964).

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): “A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) estabelece, em regime nacional, parâmetros a serem seguidos relativos ao gasto público de cada ente federativo (estados e municípios) brasileiro.” (Tesouro Nacional, 2020).

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS LEIS ORÇAMENTÁRIAS

- I. Constituição Federal de 1988 - Artigo 37: Este artigo estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Ele também detalha as regras para a investidura em cargo ou emprego público, o prazo de validade do concurso público, entre outros aspectos.
- II. Lei nº 4.320/64: A Lei nº 4.320/64 é uma lei brasileira que estabelece normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Capítulo II da Receita Art. 9: Este artigo define que o tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira. Capítulo II da Receita Art. 11: O Artigo 11 classifica a receita nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

O § 1º define que são Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

O § 2º estabelece que são Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

Capítulo III da Despesa Art.12: O Artigo 12 classifica como investimento as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas (Lei 4.320/64). Isso significa que qualquer gasto feito para o planejamento e execução de obras, ou para a aquisição de imóveis necessários para essas obras, é classificado como um investimento. Essa classificação é importante porque ajuda a garantir que os recursos públicos sejam usados de maneira eficiente e eficaz.

Capítulo III da Despesa Art.13: O Artigo 13 estabelece que, observadas as categorias econômicas do artigo 12, a despesa será discriminada ou especificada por elementos, em cada unidade administrativa ou órgão de governo (Lei 4.320/64). Isso significa que cada unidade administrativa ou órgão de governo deve detalhar suas despesas com base nas categorias econômicas estabelecidas no artigo 12. Essa discriminação ajuda a promover a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

III. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 4 maio 2000): A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), também conhecida como Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Capítulo III, Seção I - Da Previsão e da Arrecadação da Receita: Este capítulo estabelece que as previsões de receita devem observar as normas técnicas e legais,

considerar os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

Capítulo IV, Seção I - Da Geração das Despesas: Esta seção trata da geração de despesas. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, as restrições orçamentárias visam preservar a situação fiscal dos entes federativos, com o objetivo de garantir a saúde financeira de estados e municípios.

Artigo 15: “Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17 (BRASIL, 2000).”

Artigo 16: criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

- I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
- II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Este artigo define que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

Artigo 17: “Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.” (BRASIL, 2000). Este artigo estabelece limites e condições para a realização de operações de crédito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluindo suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

3.4.2 MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA

Plano Plurianual (PPA): É um instrumento de planejamento de médio prazo que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos. O PPA deve ser elaborado pelo Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo até o final do primeiro ano de cada mandato governamental.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): É uma lei anual que orienta a elaboração e a execução do orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A LDO define as metas e prioridades da administração pública, as despesas de capital, os limites para as despesas com pessoal, a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, entre outros aspectos.

Lei Orçamentária Anual (LOA): É uma lei anual que estima as receitas e fixa as despesas da União, a administração pública para o exercício financeiro seguinte. A LOA deve ser compatível com o PPA e a LDO e deve conter os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais.

Em 1988, a Constituição Federal estabeleceu o modelo orçamentário brasileiro, que se compõe de três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a LOA. A LOA de 1988, portanto, foi elaborada sob essas diretrizes.

Já em 2000, a LOA foi elaborada sob as diretrizes da Lei Complementar nº 101, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que foi promulgada em 4 de maio de 2004. A LRF estabeleceu normas mais rígidas e abrangentes para a gestão fiscal responsável dos entes federativos.

Portanto, uma diferença importante entre as LOAs de 1988 e 2000 é o contexto legal em que foram elaboradas. A LOA de 1988 foi elaborada sob as diretrizes da Constituição Federal de 1988, enquanto a LOA de 2000 foi elaborada sob as diretrizes da LRF. Isso pode ter levado a diferenças na forma como as receitas e despesas foram estimadas e fixadas.

Além disso, é importante notar que a situação econômica do país pode ter mudado significativamente entre 1988 e 2000, o que também pode ter afetado a elaboração das LOAs. Por exemplo, mudanças na política fiscal ou monetária, no crescimento econômico ou na arrecadação de impostos podem ter influenciado as estimativas de receita e despesa nas LOAs.

Os pontos em comum entre as três marcas são: Elas são instrumentos de planejamento e gestão fiscal que visam garantir o equilíbrio entre as receitas e as despesas públicas, a alocação eficiente dos recursos públicos e a transparência e controle social das contas públicas. Elas devem respeitar os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como os princípios orçamentários da universalidade, anualidade, exclusividade, especificação, equilíbrio, unidade, não afetação e programação.

Os pontos relevantes nas três marcas são: O PPA define o planejamento estratégico da administração pública, orientando as políticas públicas de longo prazo e os investimentos prioritários.

A LDO define as regras e os parâmetros para a elaboração e a execução do orçamento anual, bem como as medidas de ajuste fiscal para cumprir as metas de resultado primário ou nominal.

A LOA define o orçamento autorizado para cada órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especial, detalhando as fontes de recursos e os grupos de despesa.

Em relação à Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e ao Artigo 165 da Constituição Federal de 1988, podemos destacar que:

A Lei Complementar 101/2000 complementa o Artigo 165 da Constituição Federal de 1988 ao estabelecer normas mais rígidas e abrangentes para a gestão fiscal responsável dos entes federativos.

A Lei Complementar 101/2000 determina que o PPA, a LDO e a LOA sejam elaborados em consonância com a lei de diretrizes orçamentárias federal e observem as condições e exigências para a realização das operações de crédito e para o cumprimento dos limites de endividamento.

A Lei Complementar 101/2000 também estabelece que o PPA, a LDO e a LOA sejam acompanhados de demonstrativos regionalizados do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de renúncias fiscais, benefícios tributários e créditos concedidos ou ampliados no exercício anterior.

Algumas das diferenças entre a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o Artigo 165 da Constituição Federal de 1988: O Artigo 165 da Constituição Federal de 1988 estabelece que as leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. Ele também define que a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

A Lei Complementar 101/2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Ela presume a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios que afetam o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. Sobre a diferença entre as despesas obrigatórias e despesas discricionárias:

As despesas obrigatórias são aquelas que decorrem de lei, de contrato ou de decisão judicial e que não podem ser reduzidas ou canceladas pelo gestor público sem violar algum direito ou obrigação legal. Exemplos de despesas obrigatórias são: pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, transferências constitucionais e legais, serviço da dívida, entre outras.

As despesas discricionárias são aquelas que dependem da vontade e da conveniência do gestor público e que podem ser reduzidas ou canceladas sem violar nenhum direito ou obrigação legal. Exemplos de despesas discricionárias são: investimentos, custeio administrativo, manutenção de serviços públicos, entre outras.

3.4.3 REGISTROS CONTÁBEIS NA CONTABILIDADE PÚBLICA

Os registros contábeis na contabilidade pública são essenciais para o controle e a transparência das finanças governamentais. Eles documentam todas as transações financeiras e não financeiras do governo, permitindo uma gestão fiscal responsável e eficiente.

Esses registros contábeis, que são fundamentais para a transparência e controle das finanças governamentais, são organizados de acordo com um sistema padronizado conhecido como Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é uma ferramenta essencial para a contabilidade pública. Ele é formado por uma relação padronizada de contas apresentada em conjunto com atributos conceituais (Tesouro Transparente, 2020). O PCASP permite a consolidação das Contas Públicas Nacionais, conforme determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN, 2012), o PCASP é um instrumento essencial para a gestão financeira pública, pois promove a padronização, controle e análise das informações contábeis. Seu uso melhora a eficiência na gestão de recursos públicos, transparência e responsabilidade, auxiliando decisões e planejamento governamental.

Os principais objetivos do PCASP incluem:

- Padronizar os registros contábeis dos órgãos e entidades públicas.
- Distinguir os registros quanto à sua natureza (patrimonial, orçamentária e de controle).
- Atender à administração direta e indireta das três esferas do Governo.
- Permitir o detalhamento das contas contábeis.
- Permitir a consolidação nacional das contas públicas.
- Permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).
- Contribuir para a transparência da gestão fiscal.

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP): As DCASP, conforme descrito por Santos (2010), representam o conjunto consolidado e sintetizado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade pública. As DCASP são compostas por sete demonstrativos contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Custos dos Serviços e Produtos.

Setor Privado: No setor privado, as demonstrações contábeis são regidas pela Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e pelas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas incluem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Notas Explicativas (Iudícibus & Marion, 2018).

Comparativamente ao setor privado, as demonstrações contábeis no setor público têm uma abordagem mais ampla. Enquanto o setor privado se concentra principalmente na saúde financeira da empresa e no retorno para os acionistas, o setor público tem como objetivo fornecer transparência na gestão na tomada de decisões pelo governo.

TOTAL RECEITAS E DESPESAS POR MUNICÍPIO

Analisando os dados fornecidos (Anexo C) é possível observar que as despesas do município de Paranatinga, MT, no setor de agronegócio, foram maiores do que o orçado em maio, mas menores em junho. No entanto, a receita proveniente do imposto sobre a propriedade rural ficou abaixo do orçado em ambos os meses.

Em maio, as despesas excedem o orçamento em aproximadamente 7,5%, enquanto a receita foi apenas cerca de 21,6% do valor orçado. Em junho, as despesas foram apenas 0,1% do valor orçado, indicando uma grande discrepância entre o orçamento e a realidade. A receita, por outro lado, foi drasticamente reduzida para apenas cerca de 0,8% do valor orçado.

Essa discrepância pode ser atribuída a vários fatores. Por exemplo, eventos climáticos inesperados, como secas ou inundações, podem ter impactado a produção agrícola e, conseqüentemente, a receita do imposto sobre a propriedade rural. Além disso, o município pode ter enfrentado desafios na cobrança de impostos ou pode ter havido uma diminuição na área de terra utilizada para a agricultura.

3.5 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: LIDERANDO NA ATUALIDADE

No mercado de trabalho atual, a demanda por habilidades que auxiliem as empresas no gerenciamento e controle de decisões, promovendo o crescimento, está em constante crescimento. Manter uma postura de liderança se torna um diferencial significativo em um ambiente cada vez mais competitivo.

Portanto, é crucial que não apenas os estudantes, mas todos aqueles que desejam alcançar o sucesso em sua área de atuação e na vida cotidiana tenham pleno conhecimento de seus pontos fortes e fracos. Além disso, é importante que compreendam o tipo de liderança que desejam desenvolver.

3.5.1 LIDERANDO NA ATUALIDADE

TÓPICO 1: A ARTE DE INFLUENCIAR PESSOAS

O texto começa retratando a forma em que um líder necessita saber influenciar seus subordinados de forma a qual venha conseguir exercer sua posição ao mesmo tempo que consegue utilizar de forma inteligente e eficaz as habilidades de seus contribuintes. Além disso, as palavras são diretas em dizer que não se pode limitar apenas em dimensões técnicas, mas que é preciso abrir o olho para novos ares, sabendo usufruir de formas mais analíticas, comportamentais e habilidade de ação. A liderança não é apenas um cargo e sim uma competência que precisa ser melhorada ao longo do tempo.

É importante que o líder saiba influenciar os seus subordinados, utilizando principalmente da empatia para que possa ser possível entender o que acontece com cada membro da equipe, além de conseguir usufruir do melhor de cada

funcionário. Esse “poder” diferente do que dizem é algo que pode ser construído, não tendo a necessidade de nascer com ele. Liderança se desenvolve todos os dias, melhorando cada vez mais seus conceitos e atitudes.

Além da enorme responsabilidade colocada ao líder, é importante que o mesmo tenha em mente a ideia de que a cada período que se passa, empresas vão evoluindo, conceitos são mudados e novas técnicas são implementadas no mercado. Tendo isso em mente, é importante liderar e também saber gerenciar de forma a evitar um atraso de desenvolvimento.

Algo muito importante visto a constante evolução no mundo atual. Um exemplo de seguir a evolução e liderar seus membros seria a ideia de uma indústria focada no setor de agronegócio, pois a todo momento surgem novos métodos mais eficazes de se aproveitar a terra, os seus recursos, tendo mais economia, praticidade e eficiência no trabalho.

TÓPICO 2: LÍDER DE MIM MESMO

A liderança pessoal começa com o desejo de se autoconhecer e liderar a própria vida. Isso envolve questionar as próprias ações, reações, valores, potencialidades e fraquezas. Através dessas perguntas, é possível entender melhor as motivações pessoais e como lidar com desafios.

A inteligência emocional, conforme definida por Daniel Goleman, é uma habilidade crucial para a autoliderança e tem um impacto significativo na carreira de uma pessoa.

Ela envolve autoconhecimento, controle dos impulsos, persistência, automotivação e habilidades sociais. Antes de liderar os outros, é essencial liderar a si mesmo, o que implica tomar decisões independentes, refletir sobre o autodesenvolvimento e ter amor-próprio. Acreditar em si mesmo e se escolher é fundamental para o sucesso pessoal e profissional. Além disso, saber sair da zona de conforto é muito importante para uma auto liderança. Não esperar que façam algo que você possui total capacidade de executar, tendo iniciativa própria para desenvolver seu próprio trabalho/empreendimento.

TÓPICO 3: LÍDER DE OUTRAS PESSOAS

A liderança no mundo moderno transcende as fronteiras do ambiente corporativo e se tornou um tópico de interesse público, com líderes sendo observados por suas trajetórias, desempenho e métodos de trabalho. Em um mundo VUCA (Volátil, Incerto, Complexo e Ambíguo), a liderança requer não apenas conhecimento técnico, mas também um conjunto de comportamentos que incluem bom senso, ética, respeito, inteligência emocional e, acima de tudo, habilidades de relacionamento e confiança na equipe. A liderança eficaz é caracterizada pela visão de longo prazo e pela capacidade de reunir pessoas em torno de um objetivo comum. Isso é complementado por uma paixão por liderar e uma atenção intensa aos liderados. A credibilidade de um líder é fundamental e é construída através da consistência entre o discurso e a prática. Líderes que não praticam o que pregam correm o risco de perder a confiança de sua equipe.

A confiança é um elemento essencial na liderança e é construída diariamente através de pequenos gestos, ações e atitudes. A confiança em si mesmo e nos outros é uma característica fundamental para um líder que pretende mobilizar pessoas. Isso envolve dar oportunidades para os outros crescerem e aprenderem, reconhecendo que a excelência vem com a repetição e a experiência.

Os líderes eficazes têm a capacidade de liberar o potencial dos outros, ajudando-os a se tornarem melhores constantemente. Eles desenvolvem não apenas seguidores, mas também outros líderes. Em vez de se concentrar em remediar as fraquezas das pessoas, eles incentivam as pessoas a descobrir e investir em seus pontos fortes.

Os líderes são uma referência para os outros e devem estar cientes de que as pessoas se espelham neles. Portanto, eles devem criar um ambiente seguro onde as pessoas possam ser elas mesmas, fazer perguntas e expressar suas opiniões. Isso reforça a importância dos valores na liderança e o poder das histórias pessoais.

TÓPICO 4: CONHEÇA SEU ESTILO

Não existe um modelo único de liderança ideal, pois a eficácia da liderança pode variar dependendo do contexto e das pessoas envolvidas. Existem vários estilos de liderança, incluindo a liderança autocrática, democrática e liberal, conforme mencionado por Chiavenato (2003). No dia a dia, os líderes podem utilizar diferentes estilos de liderança dependendo da situação, das pessoas e das tarefas a serem executadas.

A Teoria da Liderança Situacional, desenvolvida por Paul Hersey e Ken Blanchard em 1969, sugere que o líder deve ser capaz de adaptar seu estilo de liderança de acordo com a situação e a maturidade de cada membro da equipe. Neste contexto, “maturidade” se refere à experiência de cada membro da equipe para realizar uma tarefa ou enfrentar um desafio. Um membro da equipe com baixa maturidade tem pouca experiência na função, enquanto um membro com alta maturidade tem capacidade suficiente para ensinar outras pessoas.

Portanto, o modelo ideal de liderança é aquele que se adapta às necessidades da equipe e do contexto. O líder deve ser flexível e capaz de mudar seu estilo de liderança conforme necessário para maximizar a eficácia da equipe.

O líder situacional é aquele que tem a capacidade de avaliar rapidamente a situação e adaptar seu estilo de liderança de acordo com o comportamento da equipe. Aqui estão dois estilos de liderança que um líder situacional pode adotar:

1. **Estilo Diretivo:** Este estilo é adequado para equipes com baixa maturidade na função. O líder define as tarefas, quem as realiza e como serão executadas. Os membros da equipe estão aprendendo a executar as tarefas e o líder atua como treinador, acompanhando a tarefa até o fim. O líder age como um mentor, fornecendo treinamento constante para aumentar a confiança dos membros da equipe.
2. **Estilo Diretivo/Participativo:** Este estilo híbrido é aplicável a equipes com maturidade razoável para realizar as tarefas, mas que ainda não são autônomas. O líder se concentra nas tarefas, muitas vezes atuando como executor, mas também estimula a integração da equipe e cria uma cultura de diálogo. O líder compartilha seus conhecimentos técnicos para desenvolver a

autonomia da equipe através do exemplo. Este estilo requer muita dedicação do líder para aprimorar a capacidade de execução da equipe e pode enfrentar resistência ao implantar novas metodologias de liderança.

- 3. Estilo Liberal:** O último estilo é o liberal, indicado para grupos que têm alta capacidade e experiência, chegando a ser independentes. Nessa situação, o líder assume um papel mais discreto, mantendo-se responsável pelos resultados, mas deixando que a equipe faça escolhas com autonomia, sem se envolver nas rotinas de trabalho.

3.5.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

Neste projeto, criamos um banner informativo sobre liderança e seus diferentes estilos. O banner destaca a importância da liderança e descreve brevemente os estilos de liderança Diretivo, Diretivo/Participativo e Liberal. O objetivo é inspirar os líderes a reconhecerem seu próprio estilo e a entenderem como podem usar isso para motivar suas equipes e alcançar seus objetivos. O banner é visualmente atraente e projetado para ser fácil de entender, tornando-o uma ferramenta eficaz para a educação em liderança.

4 CONCLUSÃO

Entendemos como a importância de cada assunto é crucial para nós, principalmente quando ao entendermos sua complexidade, possamos trabalhar melhor e trazer melhores resultados. Por exemplo, na contabilidade pública, compreender sobre as leis de orçamento e administração dos recursos públicos, auxilia para que tenhamos melhores noções sobre a complexidade da área tributária e gerencial. Ao analisarmos mais a fundo sobre LOA, LDO e PPA, foi possível compreender uma das estruturas mais importantes e básicas sobre os meios de organização econômica de nosso país.

Além disso, a área da tecnologia tem se tornado cada vez mais fluente em nosso cotidiano. Diante disso, entender melhor sobre formas de organização e

controle de dados de uma empresa através de recursos avançados como o Dashboard, auxilia para uma melhor compreensão dos dados destacados, além da melhora na integração de dados da empresa, sem riscos de confusões.

Conquanto, nossas expectativas rodeiam as mais altas possíveis. Entender a complexidade e a elaboração de tais assuntos, nos proporciona conhecimento crucial para o desenvolvimento profissional. Além disso, é muito importante que a área da agroindústria seja melhor estudada, pois é um setor de tamanha importância para a economia nacional. Logo, esperamos que com esse trabalho, possamos ter melhores condições de tratar sobre o assunto ao ingressarmos no mercado de trabalho.

Por fim, a parte de estudos sobre a formação para vida, em foco no assunto de liderança, abriu nossos olhos para que nos empenhamos em analisarmos nosso tipo de liderança e possamos entender que todos podem ser líderes, apenas é preciso entender como agir em determinadas situações. Com isso, criamos um banner com o propósito de alcançar novos horizontes e pessoas com o mesmo propósito.

REFERÊNCIAS

ALVES, Claudio. Mercado a termo, como funciona. 17 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://master.clear.com.br/contrato-a-termo/>. Acesso em: 20 out. 2023.

BARALDI, Paulo. Gerenciamento de Riscos Empresariais: A gestão de oportunidades, avaliação de riscos e a criação de controles internos nas decisões empresariais. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CALDEIRA, J. Dashboards: Comunicar eficazmente a informação de gestão, edições Almedina SA, Coimbra. 2010.

CALDERELLI, A. Enciclopédia contábil e comercial brasileira. 28ª ed. São Paulo: CETEC, 2003.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico CPC 29 ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA. Disponível em: https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/regulados/normascontabeis/cpc/CPC_29_rev_14.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

CONTADOR AGORA. Contabilidade Pública: o que é e quais são os seus objetivos. Disponível em: <https://www.contadoragora.com/contabilidade-publica>. Acesso em: 20 out. 2023.

FERNANDES, Caio. “Gerenciamento de riscos”, edição 1 - UFRJ Instituto de economia. Rio de Janeiro 2009.

GOMES, A. R. Contabilidade rural e agricultura familiar. Rondonópolis: A. R. Gomes, 2000.

GRAN CURSOS ONLINE. Contabilidade Pública: o que é, fundamentos e princípios. Disponível em: <https://blog.grancursosonline.com.br/contabilidade-publica/>. Acesso em: 20 out. 2023.

MANES, Gabriel. Contabilidade Rural: Introdução E 5 Pontos De Atenção. 28 de junho de 2023. Disponível em: <https://blog.contaazul.com/contadores/contabilidade-rural/>. Acesso em: 20 out. 2023.

NORONHA, Amanda. Gerenciamento de Indicadores utilizando Dashboard - Universidade Estadual de Campinas Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica. Campinas. 2015. Disponível em: <https://www.ime.unicamp.br/~mac/db/2015-1S-137965.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

Por Via Soft, 22 set 2021. “Dashboard o que são e por que são tão importantes para os negócios”. Disponível em: <https://viasoft.com.br/blog/dashboards-o-que-sao-e-por-que-sao-tao-importantes-para-os-negocios-22-09-2021/>. Acesso em: 20 out. 2023.

REDIVO, A. R.; Três, C. & Ferreira, G. A. (2012). A tecnologia da informação aplicada ao Agronegócio: Um estudo sobre o “Sistema Agrogestor” nas fazendas do Município de Sinop/MT. *Contabilidade & Amazônia*, 1 (1), pp. 43-52. Acesso em: 20 out. 2023.

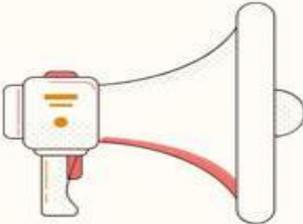
VASCONCELOS, Israel. *Gestão de risco no agronegócio: 4 passos simples para diminuir as incertezas na gestão da sua fazenda*. 2. ed. Rio Grande do Sul, 2021. Acesso em: 20 out. 2023.

ANEXOS

Anexo A - Tipos de Liderança:

TIPOS DE LIDERANÇA

O método de liderança deve se adaptar ao ambiente empresarial



EM QUAL VOCÊ SE ENCAIXA?

Saber liderar é muito importante. Afinal, tamanha responsabilidade em um mundo moderno e cada vez mais complexo demonstra comprometimento e um enorme diferencial para uma melhor performance e produtividade.



Líder Diretivo

O estilo de liderança diretiva é quando o líder dá instruções claras para a equipe sobre como fazer as tarefas e atingir as metas. Esse líder define metas, responsabilidades e expectativas claras para a equipe. Esse estilo funciona bem quando a equipe tem tarefas que são um pouco confusas, mas que gostam de fazer.

Diretivo/Participativo

O estilo de liderança diretiva é quando o líder dá instruções claras para a equipe sobre como fazer as tarefas e atingir as metas. Já o estilo de liderança participativa é quando o líder envolve a equipe na tomada de decisões, valoriza suas opiniões e incentiva a comunicação aberta.





Líder Liberal

O estilo de liderança liberal, é quando o líder dá muita liberdade para a equipe, atuando mais como um consultor. Esse estilo funciona bem com equipes altamente motivadas e capazes de trabalhar de forma independente.

Seja um Líder!

Em cada equipe, um líder. Em cada líder, um estilo. Autocrático, burocrático, democrático ou transformacional, cada um tem seu valor. A liderança é a arte de inspirar e motivar, de orientar e apoiar. É a habilidade de conduzir uma equipe à excelência.



LIDERANÇA É A ARTE DE MOTIVAR UMA EQUIPE A AGIR PARA Atingir UM OBJETIVO COMUM.

Fonte: Autoria própria, 2023.

Anexo B - Matriz de Risco:

Categoria de Risco	Descrição	Probabilidade	Impacto
Riscos Climáticos	Impacto das condições climáticas adversas.	Alto	Alto
Riscos de Preços	Flutuações nos preços das commodities e contratos futuros.	Médio	Alto
Riscos Operacionais	Falhas nas operações diárias.	Médio	Médio
Riscos de Mercado	Mudanças nas preferências do mercado.	Baixo	Alto
Riscos Políticos	Alterações nas políticas governamentais e cortes de verba para o agro.	Baixo	Alto
Riscos de Safras	Problemas de colheita, pragas e doenças.	Alto	Médio
Riscos Financeiros	Variação do dólar e juros.	Médio	Médio
Riscos de Qualidade	Problemas na qualidade do algodão/soja/milho.	Baixo	Médio
Riscos de Logística	Problemas de transporte e armazenagem.	Médio	Médio
Riscos de Mão de Obra	Falta de profissionais qualificados para operar o maquinário.	Alto	Médio

Fonte: Autoria própria, 2023.

Anexo C - Receitas e Despesas:

RECEITAS E DESPESAS DO AGRONEGÓCIO - PARANATINGA, MT			
Tipo	MAIO	JUNHO	TOTAL
DESPESA	R\$ 239.121,57	R\$ 227.368,10	R\$ 466.489,67
DESPESA ORÇADA	R\$ 222.534.000,00	R\$ 222.534.000,00	R\$ 445.068.000,00
RECEITA	R\$ 1.036.739,00	R\$ 38.346,88	R\$ 1.075.085,88
RECEITA ORÇADA	R\$ 4.800.000,00	R\$ 4.800.000,00	R\$ 9.600.000,00
TOTAL	R\$ 228.609.860,57	R\$ 227.599.714,98	R\$ 456.209.575,55

Fonte: Portal de Transparência da Prefeitura de Paranatinga, MT
(<https://www.paranatinga.mt.gov.br/Transparencia/>).